

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
As demonstrações financeiras legais e estatutárias, submetidas à apreciação de V.S.as, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na

especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas,

acesse <https://www.bancopaulista.com.br/Arquivos/GerenciamentoRiscos.pdf>. Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 25 de agosto de 2016. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

A T I V O	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		157.850	137.111
Disponibilidades	4	3.182	4.943
Aplicações interfinanceiras de liquidez		99.800	72.196
Aplicações em operações compromissadas	4/5	39.200	11.799
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4/5	60.600	60.397
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.416	39.949
Carteira própria	6	22.416	2.116
Vinculados à prestação de garantias	6	-	37.833
Relações interdependências		555	-
Transferências internas de recursos		555	-
Outros créditos		31.852	19.984
Carteira de câmbio	8	4.603	2.150
Rendas a receber		2.920	1.868
Negociação e intermediação de valores	9	12.668	11.151
Diversos	9	12.001	5.127
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(340)	(312)
Outros valores e bens		45	39
Despesas de natureza financeira		45	39
Realizável a longo prazo		31.881	30.055
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		27.054	22.244
Carteira própria	6	-	22.244
Vinculados à prestação de garantias	6	27.054	-
Outros créditos		4.427	7.811
Outros créditos	9	4.427	7.811
Permanente		2	2
Investimentos		2	2
Imobilizado de uso		205	303
Intangível		63	112
Total do ativo		189.601	167.883

P A S S I V O	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		87.501	74.472
Relações interdependências		-	126
Dependências no País		-	126
Obrigações por repasses		1	-
Outras instituições		1	-
Outras obrigações		87.500	74.346
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		138	38
Carteira de câmbio	8	4.582	2.784
Fiscais e previdenciárias	9	6.210	2.003
Negociação e intermediação de valores	9	71.445	66.928
Diversas	10	5.125	2.593
Exigível a longo prazo		3.016	1.975
Fiscais e previdenciárias	10	1.429	1.336
Diversas	10	1.587	639
Patrimônio líquido		99.084	91.136
Capital social	11	66.000	66.000
Reservas de lucros	11	33.090	29.265
Prejuízos acumulados		-	(4.139)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(6)	(6)	10
Total do passivo		189.601	167.883

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercados de futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a Administração de clubes e fundos de investimentos.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprevistos inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com ações negociadas são registradas pelo valor de registro e as receitas e despesas decorrentes ao período líquido são registradas com taxa redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-líquidas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança em valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda;
• Títulos mantidos até o vencimento.

Operação não é apresentada no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem emitidos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: os valores dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
e) Negociação e intermediação de valores
Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de renda contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% (tributada até agosto de 2015). Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Em decorrência da alteração da alíquota, a Socopa constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes - obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2016	2015
Disponibilidades	3.182	4.943
Aplicações em operações compromissadas (nota 5a e 17)	39.200	11.799
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 17)	60.600	60.397
Caixa e equivalentes de caixa	102.982	77.139

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2016	2015
Re vendas a liquidar - Posição bancada	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (nota 17)	39.200	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.200	11.799
No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$782 (R\$511 em 2015).		

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2016	2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	60.600	60.397
Ligadas (nota 17)	60.600	60.397
No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$5.139 (R\$3.433 em 2015).		

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2016	2015
Títulos para negociação		
Carteira própria - Livres	22.515	24.152
Contratado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	8.366
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI	22.515	15.807
Vinculados à prestação de garantias	-	15.797
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	15.797
Total de títulos para negociação	22.515	39.949
Carteira própria para venda		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	207
Vinculados à prestação de garantias	27.063	22.024
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.063	22.024
Total de títulos disponíveis para venda	27.063	22.244
Total	49.578	62.193

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para cotas de fundos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo.
No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$3.485 (R\$5.379 em 2015).

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.054	22.024
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	8.366
Cotas de Fundo de Investimentos - CFI	22.416	15.796
Total	49.470	46.186

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).
Não houve reclassificação de categoria de títulos no semestre findo em 30 de junho de 2016.
c) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.
No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi apurado um resultado negativo de R\$7 (em 2015 negativo de R\$2), decorrente das operações com futuros.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de riscos estabelecida pelo Banco Paulista S.A., por meio de uma incorporação realizada pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco operacional e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo	2016	2015
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	2.173	1.424
Direitos sobre venda de câmbio	2.430	1.373
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	-	(647)
Total	4.603	2.150

Passivo	2016	2015
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	2.400	1.361
Obrigações por compra de câmbio	2.182	1.423
Total	4.582	2.784

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores	2016	2015
Outros créditos	5.815	1.662
Outras obrigações	6.853	68.792
Outros créditos	103	-
Outras obrigações	888	-
Total	12.668	71.445

b) Diversos	2016	2015
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	3.862	2.615
Adiantamento para pagamento de nossa conta	-	238
Títulos e créditos a receber (i)	788	753
Devedores diversos no País	3.102	1.461
Créditos tributários (nota 16b)	4.177	-
Outros	72	60
Total	12.001	5.127

Realizável a longo prazo	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia (nota 20b)	1.447	1.354
Títulos e créditos a receber (i)	2.363	2.256
Créditos tributários (nota 16b)	617	4.201
Total	4.427	7.811

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.
c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa
Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2016	2015
Saldo inicial	332	450
Baixa para prejuízo	-	(103)
Reversões	36	123
Constituições	(28)	(158)
Saldo final da provisão	340	312

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias	2016	2015
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1.587	854
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	706	585
Impostos e contribuições sobre os lucros	3.917	564
Total	6.210	2.003

Exigível a longo prazo	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (nota 20b)	1.429	1.336
Total	1.429	1.336

b) Diversas	2016	2015
Circulante		
Outras despesas administrativas	551	137
Comissões a pagar sobre operações de câmbio	962	137
Despesas de pessoal	1.048	709
Honorários advocatícios a pagar	1.687	149
Taxa depositária do Tesouro Nacional	1.487	-
Cretores diversos	910	2
Total	5.125	2.593

Exigível a longo prazo	2016	2015
Honorários advocatícios a pagar	4	